

Ata
Conselho para as Migrações
Reunião de 28 de junho de 2019

No dia vinte e oito de junho dois mil e dezanove, pelas onze horas e vinte minutos, reuniu o Conselho para as Migrações (CM), no Auditório do Centro Nacional de Apoio à Interação de Migrantes (CNAIM) de Lisboa.

Presidiu à reunião o Alto-comissário para as Migrações, Pedro Calado, adiante designado por Alto-comissário.

Na reunião, estiveram presentes a Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, Mariana Vieira da Silva, adiante designada por Senhora Ministra, a Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Rosa Monteiro, adiante designada por Senhora Secretária de Estado, e os/as conselheiros/as constantes na Folha de Presenças da reunião.

A reunião teve os seguintes pontos na ordem de trabalhos:

1. Abertura pela Senhora Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, Mariana Vieira da Silva;
2. Reconhecimento de Associações de Imigrantes;
3. Ponto de situação das questões sobre serviços públicos na regularização/integração de imigrantes;
4. Outros assuntos.

Agradecendo a presença de todos/as, o Alto-comissário referiu ser uma honra receber a Senhora Ministra e a Senhora Secretária de Estado da tutela numa reunião do Conselho para as Migrações. De seguida, deu a palavra à Senhora Ministra.

A Senhora Ministra começou por dizer que:

- Manifestou vontade de estar presente na reunião do CM, em virtude do compromisso do Governo com a área das migrações ser muito significativo e do quadro de princípios para as políticas migratórias ter sido robustecido ao longo dos anos. As questões da atração e integração de migrantes assumem uma importância crescente no País, como revelam os números do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) – desde que estes dados são apurados, Portugal nunca teve tantos imigrantes como atualmente, o que se deve a razões fundamentais:
- Civilizacionais – o País deve ser aberto e é da riqueza da diversidade que nasce o desenvolvimento;
- Direitos Humanos – afirmação de solidariedade e assunção de que todos/as têm o direito de procurar uma vida melhor e digna no país que escolhem para viver;
- Demográficos e laborais – consciência de que necessitamos de migrantes para sermos sustentáveis e de que a nossa capacidade de crescimento económico também passa por uma força de trabalho mais alargada.

A Senhora Ministra salientou que ainda há um caminho a percorrer, embora nos últimos quatro anos muito se tenha trabalhado no sentido de melhorar a regularização da situação migratória e as regras de obtenção da nacionalidade.

Reconhecendo o trabalho do ACM, I.P., a Senhora Ministra deu nota de que, no início da semana, foi entregue ao Alto Comissariado para as Migrações, I.P. (ACM, I.P.) o Prémio Serviço Público das Nações Unidas, uma distinção internacional de reconhecimento da capacidade de Portugal acolher e integrar e um exemplo para o resto do mundo. Contudo, é necessário continuar a melhorar os serviços de acolhimento e integração de migrantes – sobretudo no que respeita à falta de recursos para o atendimento, o que, no entanto, ultrapassa a esfera de atuação do ACM, I.P.

A Senhora Ministra falou também sobre a importância do Pacto Global para as Migrações:

- É uma boa oportunidade de organizar as políticas de acolhimento e integração. Apesar de o processo de definição das políticas e medidas poder ser muito burocrático, a sua própria elaboração obriga a pensar, a definir e reequacionar políticas e objetivos;
- Possibilita um alinhamento internacional porque implica uma avaliação partilhada, entre países, e um novo olhar sobre as migrações, de redefinição e avaliação.

A Senhora Ministra terminou a intervenção reiterando que a razão de estar presente na reunião se prende com o facto de o Governo estar interessado e disponível para ouvir, junto das entidades no terreno, os problemas, as sugestões, as reivindicações, e em conhecer o outro lado dos problemas que existem.

Enquanto anterior representante do Ministério da Educação no Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI), que antecedeu o CM, referiu a Senhora Ministra, pôde ajudar a resolver problemas, pelo que era com o maior interesse que pretendia ouvir as comunidades e procurar respostas para as suas questões.

Após a intervenção da Senhora Ministra, o Alto-comissário abriu a discussão ao plenário.

O conselheiro representante da Comunidade Moçambicana, Lívio de Moraes, disse, a propósito de reuniões preparatórias com a sua comunidade para a visita oficial do Presidente de Moçambique a Portugal, que:

- É importante os Conselheiros representantes das comunidades terem acesso a informação e a conhecimento para poderem esclarecer cabalmente as comunidades por si representadas;

Deve ser facilitado o acesso a informação, por parte dos conselheiros, relativamente às relações entre os seus países e Portugal, no que se refere a protocolos de cooperação nas diferentes áreas, informação sobre a nacionalidade, etc.

O conselheiro representante da Comunidade Brasileira, Carlos Vianna, pediu a palavra para sublinhar que:

- Como nota negativa, quer manifestar-se contra a não admissão de cerca de 3.000 brasileiros, no ano 2018, uma realidade distinta do discurso de acolhimento e integração, e que os visados interpretam como expulsão, ao invés de «não admissão»;
- Em virtude da situação política atual no Brasil, a procura pela imigração em Portugal é enorme, dada a proximidade histórica e cultural, e o sinal dado pelo SEF, com estes casos de «não admissão», não é positivo. As razões para a não admissão daquelas pessoas são dúbias porque a decisão do inspetor/a é rápida. Assim, fatores como a cor de pele, passaporte sem outros vistos, dificuldade de expressão, podem estar na origem da decisão de não admissão e são fatores discricionários, com uma conotação de classe social. Por outro lado, brasileiros/as brancos/as de classe média-alta, empresários/as ou investidores/as, não têm tido dificuldade em entrar no País e o seu número está, inclusivamente, a aumentar;
- Além do problema de não admissão, os consulados portugueses no Brasil estão numa situação caótica, com falta de recursos, o que prejudica a promoção da migração legal. É urgente criar as condições necessárias para a vinda e integração de mais migrantes até por serem extremamente benéficos para o País, designadamente para colmatar o défice demográfico em Portugal;
- Como nota positiva, destaca o pedido do Presidente de Cabo Verde para abolir a exigência de visto para os cabo-verdianos que desejem vir para Portugal, o que é uma solicitação justa. Solidariza-se com esta posição e propõe uma moção de apoio do CM ao pedido do Presidente de Cabo Verde;
- Uma segunda nota positiva, sobre as associações de imigrantes: sem o seu trabalho, não é possível o acolhimento e a integração de migrantes. Não existe uma boa política de imigração sem prestigiar o trabalho associativo e sem formar os seus técnicos devidamente. Fica uma manifestação de apoio ao trabalho incansável das associações de migrantes, por vezes pouco reconhecido.

O conselheiro representante da Comunidade Guineense, Ednilson dos Santos, começando por saudar a sensibilidade da Senhora Ministra para as questões da imigração, sublinhou que queria partilhar a sua preocupação sobre o efetivo papel dos representantes das comunidades no CM:

- Referiu ter grande expectativa em trabalhar em prol da comunidade guineense enquanto conselheiro e gostaria de ver melhorada a articulação entre os representantes das comunidades, as representações diplomáticas em Portugal e o Estado Português;
- O conselheiro Lívio de Moraes já tinha salientado a necessidade de os representantes das comunidades terem uma credencial para se identificarem junto das entidades e teria sido importante a sua emissão no início do mandato.

O conselheiro representante das Comunidade Angolana, Jerónimo David, referiu que:

- É muito positivo para o CM que a Senhora Ministra e a Senhora Secretária de Estado estejam presentes numa reunião do CM para ouvir as preocupações das comunidades;
- Como é sabido, as relações Portugal-Angola são muito consistentes, mas têm-se verificado algumas dificuldades. É preciso investir num diálogo direto e apela à participação da tutela nessa articulação;
- A comunidade angolana manifestou a sua preocupação formalmente – Presidência da República, Primeiro-ministro, Presidente de Angola – sobre os acontecimentos no Bairro da Jamaica [intervenção policial no Bairro], para que possam ser tomadas posições concertadas. Em visitas às famílias afetadas pela intervenção policial, verificaram-se situações graves, como as de crianças psicologicamente afetadas por terem presenciado agressões. A autarquia e a tutela deviam acompanhar e apoiar estes casos;

O representante do Conselho das Comunidades Portuguesas, Flávio Martins, salientou que:

- Como representante das comunidades portuguesas que vivem no estrangeiro regista a sensibilidade do Governo para ouvir as comunidades emigrantes;
- Aproveita a oportunidade para pedir à Senhora Ministra que leve a sugestão ao Primeiro-ministro de o Conselho das Comunidades Portuguesas participar numa reunião do Conselho de Ministros, para que as comunidades emigrantes possam partilhar experiências e necessidades na primeira pessoa. No mesmo sentido, também seria importante para as comunidades imigrantes o CM poder estar presente num Conselho de Ministros.

A conselheira representante da Comunidade Santomense, Virgínia Neto, pronunciou-se sobre a questão do financiamento das associações de migrantes:

- É fundamental que as associações tenham mais capacidade financeira para desenvolverem o seu trabalho até porque, como disse a Senhora Ministra, as associações acolhem e integram;
- Reconhece o apoio do ACM, I.P. às associações, mas tem sido insuficiente, razão pela qual há associações que iniciaram um trabalho muito importante e entretanto deixaram de funcionar por falta de condições financeiras;
- A associação da conselheira [Prosaudesc] trabalha com projetos no âmbito da saúde e de cariz social, e está permanentemente no terreno. A associação sobrevive de projetos que vai submetendo, mas se as candidaturas não são aprovadas, funciona com muitas dificuldades para dar resposta às solicitações que lhe chegam;
- As fundações têm capacidade para assegurar os 25% de financiamento exigida pelo Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI), mas muitas associações não têm como fazer face a esse custo, pelo que seria muito positivo haver um apoio mais direto do Estado às associações;
- Desde o início da Prosaudesc, foi sinalizada a necessidade de criação de uma residência temporária para acolher doentes estrangeiros que se encontram em Portugal para tratamento. O projeto foi apresentado à Câmara Municipal de Lisboa e a outras autarquias da Área Metropolitana, a várias instituições, ao Ministério da Defesa com conhecimento do Presidente da República, e não obteve resposta até à data. Instituições como a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o Serviço Jesuíta aos Refugiados, etc., fazem a sua parte, mas são apoios pontuais. Os doentes precisam de um abrigo durante o tratamento;
- Quanto às questões protocolares, existem países que têm acordos com Portugal, como o Brasil ou Cabo Verde, e cujas comunidades em Portugal beneficiam de apoios. No caso de São Tomé e Príncipe isso não sucede, pelo que pretendia ser esclarecida sobre o facto de a alguns países lusófonos serem concedidos apoios para as suas comunidades em Portugal e a outros não.

A conselheira representante da Comunidade Cabo-verdiana, Gracinda Luz, frisou, quanto às políticas de acolhimento de migrantes:

- A realidade migratória está sempre em mutação. As associações, as entidades, os governos e a sociedade têm de fazer um esforço de constante adaptação e Portugal está a fazer esse trabalho, e no bom caminho das políticas de acolhimento;
- É preciso resolver os problemas que vão surgindo, concretamente os da burocracia administrativa. A demora nos processos administrativos é um grande problema porque não há respostas para dar aos migrantes, o que os coloca numa situação vulnerável e incentiva à precariedade laboral, habitacional, etc.;
- Portugal precisa e vai continuar a receber mais migrantes, pelo que é necessário ter respostas para uma boa integração.

O conselheiro representante da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), Hugo Seabra, salientou, quanto ao financiamento das entidades:

- A FCG é financiadora ou cofinanciadora de várias entidades, conhecendo o FAMI, pelo que compreende a dificuldade sinalizada pela conselheira Virgínia Neto sobre a incapacidade financeira para algumas associações se candidatarem. Os 25% de financiamento do projeto que as entidades candidatas têm de assegurar, representam frequentemente um esforço financeiro que instituições mais pequenas não conseguem prover;
- A regra do cofinanciamento do FAMI deveria ser repensada e, paralelamente, poderiam ser criados apoios complementares para que entidades mais pequenas pudessem desenvolver o seu trabalho.

A Senhora Ministra tomou a palavra para se pronunciar sobre as intervenções dos/as conselheiros/as, tendo reiterado, entre outros aspetos, o seguinte:

- Gostaria de regressar ao CM para avaliar em que questões concretas podem ser tomadas medidas;
- Foi o reconhecimento do trabalho das associações que esteve na origem do pedido para participar na reunião. Um reconhecimento que remonta à sua participação no Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração [COCAI, que antecedeu o CM], como representante do Ministério da Educação, num período em que foram discutidas a Lei da Nacionalidade, a Prova de Língua Portuguesa, a «Lei de Estrangeiros», e muitos problemas dos migrantes foram resolvidos a partir do debate e partilha das comunidades;
- Tal como no COCAI, o CM é o espaço onde se devem identificar os constrangimentos perante as instituições aqui representadas, e que devem ser transmitidos à tutela. O CM existe justamente para solucionar os problemas que afetam as comunidades migrantes;
- Quanto à reunião proposta pelo conselheiro Flávio Martins, propunha ao Alto-comissário uma reunião preparatória para identificar as questões que necessitam de uma atenção mais sistematizada, para eventualmente trazer ao CM os membros do Governo das respetivas áreas setoriais;
- Sobre o financiamento das associações, é preciso garantir continuidade. Deste modo, será visto com a Senhora Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade que instrumentos de financiamento poderão vir a complementar o apoio às associações;
- Quanto aos acontecimentos no Bairro da Jamaica, o ACM, I.P., tem estado no terreno, com mediadores no bairro e associações que contam com psicólogos. A articulação entre as famílias e as entidades no terreno deve ser feita e os bloqueios devem ser reportados;
- Sobre os/as cidadãos/ãs brasileiros/as, o crescimento das entradas em território nacional tem sido significativo. Quanto à não admissão de brasileiros/as mencionada pelo conselheiro Carlos Vianna, é matéria do SEF, pelo que não se irá pronunciar sobre uma questão de outra tutela. No entanto, pode adiantar que a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) tem mantido conversações no

sentido de dispensar alguns passos e simplificar os requisitos para a concessão e renovação de autorização de residência para trabalho e estudo. Na próxima reunião da CPLP poderá haver desenvolvimentos sobre esta questão;

- A questão levantada pelo conselheiro Lívio de Moraes, sobre as relações bilaterais entre Portugal e o país da comunidade que os conselheiros representam, nomeadamente quando ocorram visitas oficiais, pode ser articulada com o representante da Direção-Geral de Política Externa, no CM;
- Quanto aos atrasos nos procedimentos administrativos, o Governo vai apresentar, no âmbito do Programa Simplex, medidas para o atendimento e apoio aos migrantes, que ainda não podem ser partilhadas, mas pode-se adiantar que respeitam à articulação dos vários serviços envolvidos na concessão de autorização de residência, de forma a evitar passos desnecessários, por parte dos migrantes.

A Senhora Ministra agradeceu a partilha das preocupações dos/as conselheiros/as e disse contar regressar ao CM com mais respostas.

Acerca do apelo da Senhora Ministra para sinalizar problemas concretos, o conselheiro Carlos Vianna ressaltou que o levantamento dos constrangimentos reportados já foi feito, por entidade, tendo sido elaborado um documento pelos representantes das comunidades migrantes e subscrito por 33 associações.

Tomou a palavra o Alto-comissário, acrescentando que:

- As dificuldades setoriais mapeadas no CM têm sido articuladas com os serviços respetivos;
- O ponto 3. da Ordem de Trabalhos respeita a esse trabalho de articulação que tem sido desenvolvido nos últimos meses;
- No sentido de clarificar e de obter respostas às questões colocadas pelos/as conselheiros/as, a coordenadora do Núcleo de Política Migratória do ACM, I.P. (NPM), Cristina Casas, tem estado a reunir com as entidades. Até à data, reuniu com a Autoridade para as Condições do Trabalho; Polícia de Segurança Pública; Direção-Geral do Ensino Superior; Direção-Geral de Saúde; Instituto do

Emprego e Formação Profissional, I.P. e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, faltando apenas reunir com o Instituto da Segurança Social, I.P.;

- O resultado da articulação com as entidades e eventuais questões mais complexas, que fiquem por resolver, será apresentado à tutela.

O conselheiro Carlos Vianna salientou que:

- Apesar de alguns problemas sinalizados já se encontrarem resolvidos, gostaria que o documento elaborado pelos representantes das comunidades que referiu fosse entregue à Senhora Ministra;
- Nesse documento, foram reportados problemas que respeitam ao SEF e foi solicitada uma reunião pelos representantes das comunidades, mas até à data não foi obtida resposta. O levantamento feito é um trabalho de mais de 30 associações e, por tal, deve ser respeitado;

O Alto-comissário observou ainda, quanto às dificuldades sentidas pelas associações de imigrantes:

- A lei do Associativismo Imigrante está desatualizada face ao que é hoje a realidade migratória e tem de ser revista;
- Quanto ao financiamento, a lei prevê apenas apoio financeiro para as associações de imigrantes reconhecidas pelo ACM, I.P., através do Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante (PAAI), e cujas regras são atualmente desajustadas. Em 2014, o PAAI tinha um total de 100 mil euros disponíveis anualmente, mas conseguiu-se incrementar esse apoio para os atuais 200 mil euros. É um investimento importante, mas que se sabe não ser suficiente e é necessário reequacionar.

Agradecendo à Senhora Ministra o interesse e participação nos trabalhos do CM, o Alto-comissário reiterou o convite para o seu regresso, em breve.

Após a saída da Senhora Ministra e da Senhora Secretária de Estado, teve início o ponto 2. da Ordem de Trabalhos, relativo ao Reconhecimento de Associações de Imigrantes.

O Alto-comissário deu a palavra ao coordenador do Gabinete de Apoio às Associações de Imigrantes (GATAI) do ACM, I.P., José Neves, que apresentou um resumo do trabalho desenvolvido pelas associações propostas a reconhecimento:

- CulturFACE – Associação Cultural Para o Desenvolvimento, de âmbito local, da comunidade Santomense;
- ANARBA – Associação dos Naturais de BAFATÁ, de âmbito local, da comunidade guineense;
- Casa da Índia – Bharat Bhavan, de âmbito local, da comunidade indiana;
- Comunidade Hindu de Portugal de âmbito regional, da comunidade indiana.

O coordenador do GATAI salientou que as associações demonstraram, nos termos do n.º 1 do art. 5.º da Lei n.º 115/99, de 3 de agosto, e dos n.ºs 1 e 2 do art. 3.º do Decreto-Lei n.º 75/2000, de 9 de maio, reunir cumulativamente os requisitos formais para uma tomada de decisão favorável ao pedido de reconhecimento de representatividade, uma vez que são associações de imigrantes e de descendentes de imigrantes:

- Requerimento dirigido ao Alto-Comissário a solicitar o reconhecimento da sua representatividade como Associação de Imigrantes;
- Cópia da escritura de constituição autenticada pelo Cartório Notarial;
- Declaração com o número total de associados e o âmbito territorial da associação;
- Estar inscrito no Registo Nacional de Pessoas Coletivas (fotocópia do cartão de identificação de pessoa coletiva);
- Inscrever no seu objeto ou denominação social a promoção dos direitos e interesses específicos dos imigrantes e seus descendentes;
- Desenvolver atividades que comprovem uma real promoção dos direitos e interesses específicos dos imigrantes e seus descendentes.

Acrescentou ainda o coordenador do GATAI que:

- Além dos requisitos materiais e formais para uma tomada de decisão favorável, as associações propostas a reconhecimento pelo ACM, I.P. apresentam a documentação exigível por lei, reunindo na generalidade todos os requisitos legais conforme visitas de reconhecimento realizadas pelo GATAI;

- Logo que o CM seja ouvido, julga-se ser de deferir o reconhecimento, para os efeitos previstos na Lei n.º 155/99, de 3 de agosto, devendo as associações ser notificadas da decisão que vier a ser proferida.

O Alto-comissário salientou que o parecer técnico do ACM, I.P. quanto ao reconhecimento das quatro associações é positivo e questionou o plenário sobre eventuais questões ou comentários sobre o reconhecimento daquelas entidades.

Não havendo conselheiros/as a pedir a palavra, o Alto-comissário colocou à votação o reconhecimento das associações. O reconhecimento das quatro associações foi aprovado por unanimidade.

O Alto-comissário esclareceu que a composição atual do CM carece de representação da comunidade indiana, face à sua expressividade no País, pelo que o reconhecimento de associações da comunidade indiana é um primeiro passo para a comunidade poder participar no CM.

A participação da associação Casa da Índia – Bharat Bhavan nas reuniões do CM com o estatuto de observador foi proposta ao plenário pelo Alto-comissário, não havendo pronúncia em contrário por parte dos/as conselheiros/as.

O conselheiro Carlos Vianna perguntou se se prevê a «perda de reconhecimento», no caso de associações que deixem de funcionar ou fiquem mais debilitadas.

O Alto-comissário esclareceu que esse é um dos problemas da atual lei – não prever a perda do reconhecimento. No entanto, o trabalho de verificação da atividade das associações tem permitido identificar, informalmente, as associações que já não estão em atividade e que são consideradas «inativas».

O conselheiro Lívio de Moraes perguntou onde poderia consultar as associações reconhecidas pelo ACM, I.P. que se encontram ativas e inativas, tendo o Alto-comissário informado que, no portal do ACM I.P., se encontram as associações reconhecidas, os respetivos contactos e o estado de atividade.

O conselheiro Cidadão de Reconhecido Mérito, Amadou Diallo, frisou que:

- Tendo em conta que a burocracia exigida para o reconhecimento das associações é complicada para as associações de refugiados, propôs que o ACM I.P. reconhecesse a associação que dirige – Associação de Apoio a Imigrantes e Refugiados – para poder obter ter acesso a apoios, no sentido de prestar mais ajuda aos refugiados em Portugal.

O Alto-comissário disse que um processo mais facilitador do reconhecimento de associações é uma boa sugestão para a nova lei do associativismo imigrante, e que deve ser tido em conta, embora atualmente não haja essa possibilidade legal.

Passando para o ponto 3. da Ordem de Trabalhos, sobre o ponto de situação das questões sobre serviços públicos na regularização/integração de imigrantes, o Alto-comissário sublinhou que:

- Como foi dito, a coordenadora do Núcleo de Política Migratória do ACM, I.P. (NPM), Cristina Casas, tem realizado reuniões com as entidades envolvidas na regularização/integração de imigrantes, tendo já reunido com a ACT, IEFP, I.P., PSP, DGES e DGS e SEF, aguardando-se a marcação de reunião com o ISS, I.P.
- A próxima reunião do CM deverá ser apenas sobre as respostas dos representantes institucionais, incluindo as das entidades que ainda se aguarda – DGES, DGS e SEF e ISS, I.P.. Findo esse processo, poder-se-á concluir que problemas não foram mitigados e fazer chegar a informação à tutela.

Agradecendo a colaboração das entidades ao longo deste processo, a coordenadora do NPM sublinhou que:

- O trabalho de articulação com as entidades tem sido muito profícuo;
- As entidades têm manifestado toda a disponibilidade no esclarecimento das questões assinaladas.

O conselheiro Ednilson dos Santos pediu a palavra, lamentando que:

- A integração de cidadãos estrangeiros em Portugal tem sido bem-sucedida, mas há problemas para alguns cidadãos que não são migrantes e que continuam a ser tratados como estrangeiros;

- Referindo-se a uma reportagem televisiva recente, «Os Invisíveis», salientou o caso de um jovem vítima de violência policial, e que posteriormente veio a falecer, para alertar para o problema da discriminação que afeta imigrantes e pessoas nascidas em Portugal que são consideradas estrangeiras.

Na sequência da intervenção do conselheiro Ednilson dos Santos, o Alto-comissário sugeriu a realização de uma reunião temática sobre a relação entre as comunidades migrantes e as forças de segurança;

O conselheiro Carlos Vianna lembrou que todos os casos de discriminação devem ser denunciados à Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial do ACM, I.P. (CICDR) e que é fundamental serem assumidos por parte das vítimas.

Ainda sobre as relações entre as forças de segurança com as comunidades migrantes, o conselheiro Hugo Seabra salientou a importância de se ouvir as forças de segurança, para perceber que estratégias estão a incorporar na sua formação para lidar com a crescente diversidade cultural na sociedade portuguesa.

O Conselheiro Ednilson dos Santos pediu a palavra para propor ao CM, e em nome de todas as vítimas de violência por parte das autoridades, a aprovação de um voto de pesar pelo jovem que mencionara na intervenção anterior, antigo participante de um projeto do Programa Escolhas do ACM, I.P.

O Alto-comissário notou que o voto de pesar não integrava a Ordem de Trabalhos, pelo que poderia ser proposto para a reunião temática sugerida anteriormente.

De seguida, teve início o ponto 4. da Ordem de Trabalhos, tendo o Alto-comissário dado as seguintes notas finais:

- Colocou à apreciação do plenário a ata da reunião do CM de 27 de março de 2019. A ata foi aprovada por unanimidade;
- O relatório do Plano Estratégico para as Migrações (PEM) relativo ao biénio 2017-2018 está finalizado, pelo que após validação das entidades envolvidas na execução do PEM, será publicado e enviado aos/às conselheiros/as.

- Como referiu a Senhora Ministra, o ACM, I.P. esteve no início da semana em Baku, Azerbaijão, para receber o Prémio de Serviço Público das Nações Unidas. Este prémio é de todos/as, incluindo associações e comunidades. Num momento de retrocesso em matéria de migrações por todo o mundo, é uma distinção que deve orgulhar Portugal porque é significativa de que se está no bom caminho e a olhar para o futuro;
- A data da próxima reunião ainda não será marcada, em virtude de a Senhora Ministra ter manifestado a intenção de estar presente e ser necessário conciliar agendas.

Não havendo mais conselheiros/as a pedir a palavra, o Alto-comissário deu a reunião por terminada às treze horas e vinte minutos.

A ata foi aprovada na reunião do Conselho para as Migrações de 4 de dezembro de 2019.

Lisboa, 4 de dezembro de 2019

O Alto-comissário para as Migrações
Coordenador Nacional do Programa Escolhas


(Pedro Calado)